

**PROJETO DE LEI Nº 014/2024**

DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE IMPOSTO DE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS - ITBI, SOBRE AS TRANSAÇÕES RELATIVAS A AQUISIÇÕES DE IMÓVEIS COM RECURSOS DO FUNDO DE TERRAS E DA REFORMA AGRÁRIA, AO PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO - PNCF - E OU PROGRAMAS SIMILARES, POR MEIO DE RECURSOS PÚBLICOS, FEDERAL, ESTADUAL OU MUNICIPAL.

**PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO DO SUL - PE**, no uso de suas atribuições Constitucionais e que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, submete à apreciação da Câmara Municipal o seguinte:

**Art. 1º.** Fica instituído incentivo fiscal para as aquisições de terras (imóveis rurais), financiados com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária para o PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO - PNCF e ou programas similares.

**Art. 2º.** São beneficiários do Incentivo Fiscal instituído por esta Lei, os trabalhadores rurais não-proprietários, beneficiados pelo PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO - PNCF e ou programa similar vigente.

**Art. 3º.** O Incentivo Fiscal de que trata a presente Lei consiste na isenção total do Imposto Sobre Transmissão Intervivos de Bens Imóveis — ITBI, incidentes sobre transações financiadas pelo Fundo de Terras e da Reforma Agrária ao PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO - PNCF e ou programa similar vigente.

**Art. 4º.** É vedado o Incentivo Fiscal:

- I - Para contribuinte já beneficiado por este incentivo Fiscal;
- II - Aquele que tiver sido contemplado por qualquer projeto de assentamento rural, bem como o respectivo cônjuge;
- III - Aquele que exercer função pública, autárquica ou em órgão paraestatal, ou ainda, se achar investido de atribuições parafiscais;
- IV - Aquele que dispuser de renda anual bruta familiar, originária de qualquer meio ou atividade, superior ao teto estabelecido em normativos vigentes à época da contratação;

**V** –Aquele que tiver sido nos últimos três anos, contados a partir da data de apresentação de pedido do Incentivo Fiscal, proprietário de imóvel rural com área superior à de uma propriedade familiar, assim definida no inciso II do art.4da Lei Federal nº 4.504, de 30 de novembro de 1964;

**VI** -Dispuser de patrimônio, composto de bens de quaisquer naturezas, de valor superior aos tetos de patrimônios descritos nas normas execução e manual operativo do PNCF, e/ou instrumentos equivalentes, em vigor na data do pedido da isenção do ITBI;

**VII** -For promitente comprador ou possuidor de direito de ação e herança em imóvel rural.

**Art. 5º.** O prazo de duração deste Incentivo Fiscal, será por tempo indeterminado, permanecendo pelo tempo de existência do Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF.

**Art. 6º.** O contribuinte não poderá valer-se da isenção fiscal de que trata esta Lei, à fatos geradores, *extunc*, ou seja, de caráter retroativo, valendo-se de acontecimentos anteriores a sua criação ocorridos antes da vigência desta lei, bem como nos seus impostos em atraso.

**Art. 7º.** O incentivo fiscal, previsto do Art. 3º desta Lei, será concedido mediante requerimento dirigido ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

**Parágrafo Único.** Os requerimentos dos pretensos beneficiários interessados no Isentivo Fiscal, deverão ser instruídos com documentação comprobatórias de sua participação no Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF – e ou Programa Similar de aquisição de terras, com recursos públicos, por meio da Unidade Técnica Estadual – UTE, ou órgão equivalente.

**Art.8º.** Aplica-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Complementar nº 93, de 04 de fevereiro de 1998, que Institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária.

**Art. 9º.** As demais normas e procedimentos necessários à execução desta Lei, serão objetos de Decretos Regulamentar a ser baixado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, de acordo legislação em vigor.

**Art. 10.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

São Benedito do Sul/PE, 10 de dezembro de 2024.



CLAUDIO JOSÉ GOMES DE AMORIM JUNIOR  
PREFEITO MUNICIPAL